

Apresentação

Sheila Walbe Ornstein

Diretora do Museu Paulista da USP

Nesta edição dos *Anais*, os leitores são brindados com um amplo estudo da história da urbanização no Brasil colônia, que perpassa distintas regiões do país e seus processos de ocupação territorial, com estrutura cuja introdução e conclusão estão ancoradas nas reflexões da historiadora Beatriz Bueno, organizadora do dossiê deste número.

Nestes *Anais*, verifica-se o fenômeno da urbanização sob a ótica de jovens estudiosos da história urbana, apresentado em dois eixos temáticos.

Do primeiro eixo temático, apropriadamente intitulado *A produção de territórios entre representações e prática*, constam cinco artigos. No primeiro deles – *A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos* – Araujo apresenta o processo de urbanização da região amazônica e do Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Busca analisar o impacto da legislação adotada na demarcação de limites do território. No artigo que se segue – *Urbs*

e *civitas*. A formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas – Damasceno Fonseca apresenta diversas abordagens da cidade colonial mineira sob a ótica do urbanismo colonial português. Mais do que a visão estética, esse autor destaca os trabalhos relacionados às redes de cidades e ao tema da morfologia urbana. O terceiro artigo, de autoria de Derntl – *Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775* –, procura demonstrar a dinâmica de assentamento de núcleos urbanos na capitania de São Paulo no período sob o governo do general Morgado de Matheus. O artigo objetiva demonstrar que, apesar das tentativas da Coroa portuguesa de organizar os modos de orientar a expansão urbana na capitania, as circunstâncias locais determinaram outros arranjos, procurando superar situações conflituosas inerentes ao processo de urbanização de então. O quarto artigo – *Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense*. Algumas notas –, de autoria de Jucá Neto, apre-

senta as iniciativas empreendidas, pelos agentes econômicos, religiosos e os ligados ao Estado português, na organização do espaço da capitania do Ceará no século XVIII. Destaca a fundação pelo Estado português de vilas em lugares importantes para a economia pecuária. Também comenta a representação cartográfica de então como demonstrativa do pouco interesse dos lusitanos quanto ao entendimento pleno desse território. Já no quinto e último artigo deste bloco – Gêneses urbanas do colonialismo: síntese de encontros culturais –, Giancesella destaca o assunto e revela que o processo de urbanização de vilas litorâneas, como Cananeia, Iguape, São Vicente e outras no estado de São Paulo, há séculos já poderia caracterizá-las como redutos ecológicos, por conta da participação das sociedades indígenas no processo de urbanização definido pelos lusitanos.

Do segundo eixo temático – Os espaços intraurbanos e as escalas de observação – constam quatro artigos. No primeiro, Bastos, em seu O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII, faz uma revisão crítica do ideário que considerava desordenadas as povoações na capitania de Minas Gerais nesse século. Em vez disso, demonstra que tais processo de urbanização eram determinados por regras, doutrinas e costumes, denominados por Almeida Bastos, o autor, de urbanismo conveniente luso-brasileiro. Já Coelho Loureiro apresenta – Quintais de Olinda: uma leitura indiciária sobre sua gênese – dirigindo o olhar para a constituição desses quintais, situação muito

pouco estudada se considerados os inúmeros trabalhos existentes sobre o casario de Olinda. O autor revela que o fato da transferência do núcleo administrativo para Recife permitiu que o espaço urbano de Olinda, espaço esse ocupado em grande parte pelos seus quintais, permanecesse com características muito semelhantes às do período colonial. Neste eixo temático, no terceiro artigo – Paranaguá, Antonina e Curitiba, início do século XIX: reconstituindo espaços e a lógica de sua organização social –, Tadashi Kato, a partir de plantas temáticas, elabora uma metodologia para se apreender os locais de habitação no caso de três vilas do sul da capitania de São Paulo: Paranaguá, Antonina e Curitiba.

Por fim, em Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira. Mestres de ofício, “riscos” e “traças”, Beatriz Bueno descreve a relação dialética entre o saber prático e o erudito na produção arquitetônica das vilas e cidades coloniais brasileiras, fazendo uma análise acurada sobre o papel dos mestres-construtores na concepção, execução e na prestação de contas das edificações.

Certamente os artigos contemplados nestes *Anais do Museu Paulista*, ao mesmo tempo em que oferecem e explicam as várias faces da urbanização colonial no país, permitem apreciar e analisar a evolução das cidades brasileiras, do período colonial aos dias de hoje, abrindo a possibilidade de estudos inéditos e instigantes que podem, e poderão, explicar as origens dos atuais processos de urbanização, sejam eles informais ou planejados.